

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Centro de Ensino Fundamental 08 de Planaltina

Planaltina, 2019

Sumário

- 1 – Apresentação Pag. 03
- 2 – Historicidade Pag. 04
- 3 – Diagnostico da Realidade Escolar Pag. 04
- 4 – Missão Pag. 06
- 5 – Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas e Administrativas Pag. 06
- 6 – Objetivos Pag. 07
- 7 – Concepções Teóricas Pag. 08
- 8 – Organização do trabalho Pedagógico 09
- 9 – Concepções, Práticas e Estratégias de Avaliação Pag. 12
- 10 – Organização da Proposta Curricular Pag. 12
- 11 – Plano de Ação Pag. 12
- 12 – Acompanhamento e Avaliação do PPP Pag. 17
- 13 – Projetos Específicos Pag. 19
- 14 – Referências Bibliográficas Pag. 20

“A escola é um edifício composto por quatro paredes e com o amanhã dentro dele”.

George Bernard Shaw (Dramaturgo irlandês)

1 – Apresentação

Processos de aprendizado ocorrem o tempo todo, nos mais variados locais e contextos. É algo inerente ao gênero humano, um de seus caracterizadores mais poderosos. Aprendemos quando observamos e experimentamos a vida, quando nos relacionamos com a natureza, com os outros e com nós mesmos. Já o processo ensino/aprendizado possui uma dinâmica mais específica.

Modernamente esse termo assumiu uma significância fundamentalmente escolar, ainda que ele não seja obrigatoriamente resultado de algo que só ocorre dentro da escola.

No entanto, é justamente esse processo a razão da existência da escola. O ambiente escolar deve ser primeiramente produtor de ensino e aprendizado, sobretudo de qualidade, num ambiente estimulante e democrático.

Este Projeto Político Pedagógico apresenta uma proposta de gestão educacional ancorada na liberdade que só a democracia é capaz de oferecer. Ele sugere procedimentos pedagógicos que reconhecem toda a comunidade escolar como coparticipe e corresponsável pela educação. E é por intermédio dele que visamos apresentar à comunidade nossa visão do que é uma escola democrática e de qualidade. Ele explicita quais ações pretendem-se implementar na escola, bem como estabelecer metas educacionais e sua adequação dentro das exigências da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Ele, o aluno, é a razão primeira de tudo que se processa numa escola, o restante é apenas complementar. A gestão administrativa e financeira tem o único propósito de garantir que a escola funcione coordenadamente para que o aluno se desenvolva. Os atos de gestão não são em si o fim, mas um meio a serviço da finalidade: perseguir permanentemente a excelência do processo ensino/aprendizado.

No corpo deste documento pretende-se explicitar todas as principais etapas para a concretização de nosso Projeto Político Pedagógico, apresentando como intentar-se desenvolver as estratégias administrativas, financeiras e pedagógicas.

Este PPP orienta-se pelo princípio da participação verdadeiramente democrática de todos os agentes que se relacionam com a escola. Intentando desenvolver projetos que busquem a inclusão dos alunos, cumprindo assim a base mais elementar de suas prerrogativas, o de preparar os alunos para viverem como cidadãos conscientes, aptos para servirem à sociedade produtivamente, como seres humanos plenos e conscientes de seus direitos e deveres.

Educação transformadora ocorre quando o aluno reconhece a escola como um ambiente produtor e reproduzidor de conhecimento, seja ele formal ou não. Se os agentes do ambiente escolar não têm poder participativo nas decisões, não se entenderão como também responsáveis por elas, “qualquer tipo de dominação é desumana, pois concorre para negar a própria especificidade histórica do homem.” (Paro, 2001). A educação e, por conseguinte, o aprendizado precisam ser libertadores. A compreensão de algo novo deve vir associada a sentimentos de crescimento pessoal e amadurecimento.

Por fim, deve-se acrescentar que mesmo o Projeto Político Pedagógico mais amplo e

elaborado precisa reconhecer que nunca estará completo, pois precisa estar aberto a complementos oriundos do debate com a comunidade escolar e local, estimulando a participação de todos e estando de fato, aberto a uma permanente revisão.

2 – Historicidade

“O objetivo da história é iluminar o passado para entender o presente e construir o futuro. Uma sociedade incapaz de estudar e analisar sua história, não consegue entender a si própria. E, nesse caso, não está apta a construir o futuro de forma estruturada. Uma visão de curto prazo, que não leva em conta as lições do passado, conduz a soluções igualmente imediatistas.”

Laurentino Gomes

Como observa o historiador brasileiro laurentino Gomes, conhecer nosso passado é fundamental para entendermos o presente e planejarmos o futuro. O Centro de Ensino Fundamental 08 de Planaltina – DF foi criado pela Resolução n.º 1751 de 07/03/1984 do Conselho Diretor da antiga Fundação Educacional do Distrito Federal e fundado em 17/08/1984, com a autorização de funcionamento constante da Portaria n.º 82 de 21/05/1997. Ele integra a Rede Oficial de Ensino do DF, sendo mantido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Originalmente nossa escola foi instituída como escola de educação infantil, por isso, nossas salas são ligeiramente menores que as de escolas já edificadas com destinação ao ensino fundamental e médio. Nossa escola foi entregue à comunidade no ano de 1984 sendo seus gestores dès de então os professores: Lourdes, Rita, Regina, Waldecir, Abeylard, Cristiane, Anderson, Valdeck e Ronie Rogério. Atualmente a equipe diretiva é formada pela professora Lenilde (diretora) e professora Rosângela (vice-diretora) e o supervisor pedagógico é o professor Anderson.

A escola já ofereceu educação infantil, séries iniciais e 5ª e 6ª séries das séries finais. Atualmente oferece 6º ano ao 9º ano, onde acompanhamos e preparamos nossos plenamente para a incursão no ensino médio.

A unidade de Ensino comporta 37 professores, atendendo 875 alunos do 6º ao 9º ano dos anos Finais. Respalando a Gestão Democrática, desenvolvemos vários projetos, dos quais destacamos o laboratório de informática, Festa das Regiões e Projeto de Leitura. Foi conscientes da importância de nosso legado histórico e ao mesmo tempo lançando o olhar sobre o futuro de nossos estudantes que nós, a comunidade do CEF08, desenvolvemos este PPP.

3 – Diagnóstico da Realidade Escolar

Toda escola apresenta desafios e a superação deles passa em primeiro lugar pela análise de sua realidade atual, qual o perfil de sua comunidade e como a escola se relaciona com ela.

Em uma de nossas primeiras reuniões com os professores, onde juntos reuníamos informações para a confecção deste documento, um grupo produziu o seguinte relato:

Nossa escola possui alunos de Território central e periférico. Sendo o Central a Vila Buritis (Q. 02; Q. 03 e Q. 04) e o Periférico os bairros Buritis II, III e IV.

A escola é localizada na região central da Vila Buritis o que facilita o acesso dos alunos.

A partir de 2013 a escola vem buscando sua identidade, onde foi considerada CEF, pois antes a escola acolheu outros seguimentos da educação. A escola era muito mal vista pela comunidade, assim os pais tinham muita resistência em matricular seus filhos aqui. Tínhamos também muita rotatividade das séries (Ensino Fundamental Inicial ou Final). O poder socioeconômico dos nossos alunos é mediano (classe média baixa majoritariamente), mas os Valores (sociais e éticos) estão aquém do esperado.

Como na maioria das cidades satélites, Planaltina sofreu com o aumento acelerado do volume populacional sem, no entanto conseguir fomentar o crescimento econômico na mesma proporção, causando um quadro sério de desemprego e subemprego. O Crescimento desordenado ocasionou o aparecimento dos problemas típicos nas periferias das cidades do país, tais como os altos índices de criminalidade, tráfico de drogas, elevado índice de jovens evadindo-se da escola e muitas vezes delinquindo-se.

O quadro preocupante de desinteresse, baixo rendimento e evasão, possuem uma gênese complexa, ou seja, muitos são os fatores que ocasionam esses fenômenos, por exemplo: inúmeros pais trabalham fora, em jornadas que os mantêm muito tempo ausentes de casa, principalmente quando se computa o tempo de deslocamento para o trabalho. Dessa forma muitos de nossos jovens ficam sem acompanhamento de um adulto durante quase todo o dia. Não possuem uma rotina disciplinada de estudos e nem quem os possa orientar.

Tantos outros jovens não vivem com os pais biológicos, são criados por pessoas com diferentes graus de parentesco e em casos extremos já observados, até com pessoas que não possuem sua tutela legal ou qualquer ligação familiar. Naturalmente fatores como esses desafiam a escola a propor medidas que contornem e criem soluções para esse quadro.

Sabe-se que o jovem de origem humilde no Brasil encontra sérias dificuldades de mobilidade social, e dentre os vários fatores que perpetuam o ciclo de miséria destaca-se um: a educação (ou, no caso, a falta dela). Já foi provado que para cada ano de estudo formal, diminui-se exponencialmente a chance de um jovem tornar-se miserável, conseqüentemente também diminui-se as chances desses jovens delinquirem. O conhecimento ocasiona oportunidades de crescimento profissional, financeiro e de autoestima. Pessoas bem informadas e empregadas tendem a exigir mais de seus filhos no que tange a educação, por não quererem para eles as mesmas dificuldades que enfrentaram. Esse comportamento leva a quebra do círculo vicioso de pobreza que assola muitas famílias em todo o país.

Vale lembrar que cidadão bem preparado se torna um elemento produtivo da sociedade.

Educação não é gasto governamental, é investimento! Isto posto, evidencia-se a necessidade da

composição de uma ação pedagógica que contemple a realidade local, que a avalie e proponha

alternativas. Muitas vezes será necessária uma reestruturação curricular, que será feita por intermédio da observação e levantamento dos problemas mais urgentes, para assim priorizá-los.

Interdisciplinaridade é outro tema importante em nosso PPP. A escola deve desenvolver durante o ano letivo temas geradores, comuns às disciplinas, que forneçam a elas – apesar de suas diferenças – alguma unidade e faça o aluno compreender que o saber não está compartimentado em ciências isoladas, mas que fazem parte de um todo complexo e inter-relacionado.

Nossa escola pretende fomentar iniciativas que promovam a permanência do aluno na escola, que o conscientize da importância do saber em sua vida, que o faça reconhecer o

espaço físico da escola como um ambiente que lhe pertence e pelo qual também é responsável. Nesse caso devermos refletir sobre que tipo de espaço possuiu hoje o CEF08, que tipo de visão educacional ele espelha e como isto reflete no nosso aluno. Os estudantes são coprodutores desse espaço? Ele serve ao propósito da promoção da cidadania? O espaço físico da escola é pensado para o aluno? As respostas a essas reflexões deverão servir de parâmetro para a transformação de nosso espaço físico.

Todos os agentes envolvidos na condução da escola, a saber: equipe diretiva, professores, servidores e comunidade têm grande responsabilidade na produção e reprodução do espaço físico escolar, pois o aluno permanece grande parte de seu dia nas dependências da escola e esta precisa, portanto, refleti-lo.

Balizaremos nossas ações pelo princípio da participação democrática sem nos esquecermos que é função social da escola formar cidadãos aptos a reconhecer e exercer seu protagonismo histórico.

4 – Missão

É papel da escola preservar os valores humanísticos de liberdade e igualdade. Como escola aqui se entende: equipe diretiva, professores, servidores, alunos e comunidade. Não há meios de construir uma escola adequada à realidade de uma comunidade sem ouvi-la. Não é possível levar os professores ao cumprimento de metas de aprovação e qualidade sem que os mesmos tenham sido os principais elaboradores dessas metas. Não se pode pretender que o aluno desenvolva seu senso crítico num ambiente onde ele é alijado dos debates, onde ele não se percebe protagonista dos processos desenvolvidos no ambiente escolar.

Portanto entendemos como missão principal de nossa escola servir com excelência, por meio da educação, à formação de cidadãos éticos, solidários e competentes; que sejam capazes de compreender seu protagonismo social. Buscar a qualidade no ensino. Preparar o aluno para a continuidade de seus estudos, pois somos uma escola de séries finais do ensino fundamental, e nosso aluno egresso, ainda encontrará inúmeros desafios até a conclusão de seus estudos.

5 – Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas e Administrativas

O CEF08 reconhece a escola como parte inseparável da sociedade. Não é por tanto um elemento alheio a ela, mas sim um importante representante da própria sociedade. A escola deve buscar o conhecimento do mundo para auxiliar em sua construção. Deve ser agente fundamental na construção do pensamento. Assim, o Centro de Ensino Fundamental 08 de Planaltina – DF garantirá o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao desenvolvimento saudável do físico, da mente, do espírito ético e da responsabilidade social do aluno.

Nossa escola garantirá num clima democrático, estimulante a liberdade e dignidade de seus docentes, e estende essas garantias aos seus discentes que serão atendidos sob a égide dos direitos regidos na Constituição Federal e nas demais legislações nacionais.

Nosso Projeto Político Pedagógico está dessa forma, voltado para o resgate de princípios, valores, atitudes e regras de convívio social, que infelizmente em nossa atual sociedade vem perdendo importância. A defesa de valores éticos será uma atividade primordial em todos os segmentos e modalidades de ensino da escola. Assim, através desse exercício de ação e reflexão estaremos garantindo a construção da cidadania. O ser humano tem a capacidade de repensar seus valores e atitudes, essa é uma de nossas faculdades mais notáveis. A reflexão nos leva a ressignificação de nossas ações. Dessa forma, nos

tornamos capazes de contribuir na construção de uma nova sociedade, que seja mais justa e sensível ao outro.

Nossa escola adota como princípios orientadores de nossas práticas pedagógicas a defesa da cultura de justiça, esperança, ternura e solidariedade. A exigência do respeito ao indivíduo e às suas diferenças sejam elas de gênero, orientação, cor, raça, religião, ou quaisquer outras. O estímulo a formação de hábitos e atitudes éticos. A Garantia, numa perspectiva democrática, da autonomia do aluno com responsabilidade e respeito ao regimento escolar.

Portanto, a escola tem como princípio ser democrática, oferecendo recursos didáticos, pedagógicos e humanos, preparando nosso alunado para o exercício efetivo da cidadania, procurando atingir a todos dentro de sua diversidade.

6 – Objetivos

6.1 Objetivo Geral:

Promover uma educação de qualidade, preservando as conquistas advindas com a implementação da gestão democrática. Garantir o acesso e a permanência do aluno na escola.

Enriquecer e ampliar os laços entre comunidade e escola, fortalecendo sempre esse relacionamento.

6.2 Objetivos Específicos:

. Buscar junto a Secretaria de Estado de Educação a conversão do CEF08 em Escola Integral. Para o cumprimento deste propósito é necessário uma mobilização conjunta entre escola, comunidade, parceiros e poder público a fim de construir a estrutura física necessária e buscar a ampliação do quantitativo de pessoal, para que possamos acolher os alunos por um período maior de tempo, mantendo-os longe das ruas e de seus riscos habituais.

. Promover projetos de objetivem estimular a prática de uma alimentação saudável, de acordo com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Orientar o aluno sobre os riscos de uma alimentação pobre em nutrientes, mas rica em gorduras e açúcares. Procurar diminuir ao máximo o consumo de balas, doces e derivados por intermédio da conscientização do aluno e de sua família.

. Trabalhar permanentemente com o colegiado de professores com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino, elevar o nível de aprendizagem, diminuir a reprovação e evasão escolar. Este objetivo só pode ser alcançado mediante um diagnóstico constante das causas do baixo rendimento dos alunos, adequando estratégias que busquem auxiliá-los e as suas famílias a superá-los. A criação de projetos específicos de reforço escolar, criação de um espaço exclusivo de estudos para ser utilizado também em horário contrário ao das aulas. Tornar o espaço escolar

aprazível e atraente para o aluno, convertendo-o em um ambiente onde eles o entendam como “seu”. É preciso estimular uma atmosfera de debate e troca de experiências entre alunos e professores, convertendo a escola num ambiente onde se deseja estar.

. Promover a educação inclusiva e o respeito às diferenças. Desconstruir preconceitos de qualquer ordem, estimular a valorização da pluralidade e diversidade seja étnica, de gênero, religiosa ou qualquer outra.

. Elevar os índices de desempenho de nossa escola nos instrumentos oficiais de avaliação e em eventos como as olimpíadas de matemática. Isto só é possível com planejamento e antevisão. Quando nos acercarmos de datas onde ocorrerão essas avaliações desenvolveremos atividades de preparo para esses eventos, sempre conjuntamente com os professores, primeiros sabedores das dificuldades dos alunos.

. Buscar atrair membros da comunidade para atuarem como “amigos da escola”, promover eventos que tragam a comunidade para dentro dela, e os façam compreender o espaço escolar como um dos mais importantes da vida social. A comunidade cujos filhos à escola assiste, deve se perceber como corresponsável pelo cuidado e manutenção daquilo que de fato lhes pertence. A escola não pode ser uma ilha de isolamento e reprodução de desigualdades, deve antes, compreender a comunidade a qual serve e adequar suas medidas educativas às demandas específicas desse público.

. Buscar parcerias com empresas públicas e privadas objetivando melhor atender as demandas da escola e seus alunos.

. Instituir e permanentemente ampliar a participação democrática no ambiente escolar. Delegando a todos os atores do processo educacional, responsabilidade e poder decisório. A escola deve ser o primeiríssimo local onde os valores democráticos devem ser respeitados e estimulados, sua gestão deve ser continuamente fiscalizada pela comunidade e seus gastos debatidos entre professores, alunos e comunidade. Democracia não pode ser apenas uma palavra, uma platitude, mas sim, ser um objeto concretamente percebido por todos. Não se constrói educação sem debate e participação. A habilidade para dialogar é a principal virtude esperada em uma equipe diretiva de escola pública.

. Desenvolver continuamente a avaliação institucional da escola, utilizando este instrumento para a identificação e superação de seus problemas. As soluções não saem exclusivamente de uma única cabeça, mas sim da ampla discussão e debate. As respostas aos desafios que o CEF08 enfrenta, devem vir de uma proposição coletiva, gestada sempre no ventre da democracia.

. Conduzir a gestão financeira da escola de forma transparente e participativa, resguardando sempre os princípios da ética, do bem servir público, da publicidade e da autonomia escolar. Fixar em local acessível e de boa visibilidade a devida prestação de contas, esta deverá ser redigida em linguagem clara e objetiva de forma a facilitar ao máximo sua compreensão.

7 – Concepções Teóricas

Sem uma legislação forte, ou seja, sem o devido amparo legal, é extremamente difícil garantir e lutar por direitos. O Brasil tem avançado bastante nas últimas décadas no quesito legislação de amparo ao direito a educação, nesse sentido, o direito à educação é entendido em nosso ordenamento jurídico como um direito fundamental. A Constituição Federal de 1988 enuncia o direito à educação como um direito social no artigo 6º; especifica a competência legislativa nos artigos 22, XXIV e 24, IX; dedica toda uma parte do título da Ordem Social para responsabilizar o Estado e a família, tratar do acesso e da qualidade, organizar o sistema educacional, vincular a origem orçamentária e distribuir os encargos e as competências para os demais entes de nossa República Federativa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente recomenda, em seu Art. 15 "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento." E continua, no Art. 53 "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola."

Uma importante inovação do modelo constitucional de 1988 em relação ao direito à educação decorre de seu caráter democrático, especialmente pela preocupação em prever instrumentos voltados para a garantia de sua efetividade.

Um dos mais importantes avanços no que tange a legislação de proteção ao direito a educação, merece destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou também conhecida como Lei 9.394/96. A LDB dispõe sobre todos os aspectos do sistema educacional, dos princípios gerais da educação escolar às finalidades, recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais do setor. Esses dois documentos legais se constituem a base da atual legislação educacional, observando-se sua relevância, abrangência e profundidade. É essa fundação legal, um dos principais avanços que se verificaram no âmbito da educação brasileira em tempos mais recentes. Foram essas leis que permitiram novas conquistas e o aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro. Elas possibilitaram uma expressiva ampliação do direito social em nosso país e tem colaborado enormemente com a ampliação do acesso a educação por parte das parcelas mais desassistidas da sociedade.

No âmbito do Distrito Federal, inúmeras iniciativas veem buscando implementar transformações positivas em nosso sistema educacional. A atual implementação do Currículo em Movimento, o amplo estudo das Diretrizes de Avaliação, a característica norteadora do PPP

Professor Carlos Mota são algumas dessas iniciativas que podemos citar e atestar que efetivamente estão contribuindo com a melhoria de nosso pensar e agir pedagógicos.

O atual esforço em se pensar coletivamente o Projeto Político Pedagógico das escolas e efetivamente construir um documento representativo da construção coletiva é uma prova desse avanço.

8 – Organização do Trabalho Pedagógico

O momento da coordenação pedagógica é um dos mais importantes para o planejamento, não só do fazer pedagógico do professor, mas para a organização e conexão de todas as iniciativas da escola. Em nossa escola esperamos construir no momento de nossas coordenações coletivas um ambiente frutífero para ideias e sugestões. Esse fórum permanente de troca de experiências deve converter-se num centro decisório democrático, pois toda construção coletiva tende a ser mais solidamente implementada.

Nosso espaço físico é relativamente pequeno, e padecemos da impossibilidade da expansão predial, uma vez que não possuímos o terreno necessário. Felizmente contamos com um laboratório de informática, uma biblioteca, sala de recursos para assistência dos alunos portadores de necessidades especiais e sala da orientadora pedagógica (SOE). É dever da escola tornar todos esses espaços acessíveis para o aluno, de maneira especial a biblioteca deve estar disponível permanentemente para os estudantes. Convertendo-se em espaço de reprodução do conhecimento e de pesquisa.

Nossa organização escolar é seriada, e atendemos alunos das séries finais do ensino fundamental. Em relação ao nível de conexão com a comunidade escolar, o CEF08 pretende

com a efetiva implementação desse PP, oportunizar um real diálogo com a família e com a comunidade onde a escola se encontra inserida. Será instituída além das reuniões bimestrais, um epicentro semestral com os pais, onde esses poderão criticar e sugerir mudanças nas práticas da escola de seus filhos. Nessas reuniões os pais serão postos a par dos critérios de avaliação adotados pelos professores, conhecerão as regras estabelecidas no regimento interno e poderá contribuir com sua constante reconstrução. Os pais serão convidados a criarem um conselho de pais, com poderes consultivos.

A escola é carente da participação ativa dos pais, inclusive como voluntários e amigos da escola. Por isso essa proximidade com a comunidade é tão importante. Além desse conselho de pais, a escola contará com um Conselho Escolar. O conselho escolar é um órgão colegiado, representativo da comunidade escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa, e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da escola, em conformidades com as políticas e diretrizes educacionais do Regimento das escolas do Distrito Federal, esse importante órgão interno é aquele que auxilia a escola no cumprimento de sua função social.

A escola se pretende uma instituição mediadora na construção do conhecimento, e tem como objetivo levar cultura para o maior número de pessoas possível, por tanto a escola traz para si uma gama monumental de responsabilidades. A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais é um desses grandes desafios. Contamos felizmente com uma sala de recursos, com disponibilidade de suas professoras, que muito contribuem com a integração de nossos alunos especiais.

Em nossa escola, atendendo determinação da própria Secretaria de Educação, os professores produzem os termos de adequação curricular. Documento que busca atender em sua individualidade o aluno especial, é confeccionado sob a orientação e acompanhamento das professoras da sala de recurso. As adequações curriculares são um instrumento poderoso de inclusão, pois pretende assistir o aluno na especificidade de suas limitações.

Nossa escola tem também o privilégio de contar com uma Sala de Orientação Educacional (SOE), espaço onde nossa Orientadora desenvolve atividades extremamente importantes, como auxiliar alunos com problemas de violência, dificuldade de aprendizado e complicações disciplinares de toda ordem. O orientador contribui muito com a formação do aluno em sala de aula, discutindo a gestão dos conflitos do dia a dia. No SOE são tratados os problemas que interferem na aprendizagem dos alunos e colocam em risco a qualidade da convivência. As brigas do intervalo, o descuido com os espaços coletivos e o desrespeito entre os alunos são alguns dos assuntos que costumam ser incluídos nas atribuições da orientadora educacional.

O Centro de Ensino Fundamental 08 está aparelhado com um laboratório de informática, onde um dos coordenadores pedagógicos da escola fica parcialmente lotado. Ou seja, é um dos coordenadores que se responsabiliza em preparar o ambiente para receber os alunos. A Informática tem adquirindo uma crescente relevância no cenário educacional. Sua utilização como instrumento de aprendizagem e sua ação no meio social vem aumentando de forma rápida entre nós. Nesse sentido, a educação vem passando por mudanças estruturais e funcionais frente a essa nova tecnologia. Já houve um tempo em que era necessário justificar a introdução da Informática na escola.

Felizmente atualmente já existe consenso quanto à sua importância. Entretanto o que vem sendo questionado é a forma com que essa introdução vem ocorrendo. O principal objetivo, defendido hoje, ao adaptar a Informática ao currículo escolar, está na utilização do computador como instrumento de apoio às matérias e aos conteúdos lecionados, além da função de preparar os alunos para uma sociedade informatizada. Em nossa escola

acreditamos ser a informática uma importante ferramenta que pode potencializar o aprendizado desde que haja o devido planejamento e compreensão que o computador não é um fim em si, mas um instrumento pedagógico, como já foi dito, uma ferramenta.

9 – Concepções, Práticas e Estratégias de Avaliação

"A avaliação não é o ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros ou equívocos porventura cometidos. Daí o seu caráter dialógico."

Paulo Freire

Em nosso Projeto Político Pedagógico entendemos a avaliação como um processo mais amplo que simples aferição de conhecimentos acumulados pelo aluno. A avaliação deverá considerar tanto o processo que ele desenvolve ao aprender, como o resultado final alcançado. Deve ainda, ir além do julgamento sobre seus sucessos ou fracassos; deve ser diagnóstica e contínua, fornecer indicadores para reorientação da prática educacional. A avaliação fornece um indicador, uma informação, e a partir dela o professor pode planejar ações interventivas que possam melhorar o aprendizado de seus alunos.

Atualmente a avaliação escolar tem provocado muitas reflexões na área pedagógica, tornando-se uma discussão complexa e de conclusões nem sempre consensuais entre pedagogos e gestores educacionais, cada qual procurando enfatizar o que considera mais importante. A situação atualmente vivida no sistema escolar, em termos de avaliação, apresenta inúmeros desafios visto que há educadores que não foram preparados para criticar a própria prática pedagógica.

A avaliação é um processo interativo, através do qual, educadores e educandos aprendem sobre si mesmos. A reflexão sobre o desempenho é mais rica quando realizada por todos os envolvidos. Deve-se oportunizar ao aluno formas diversificadas de avaliação, utilizando para isto vários recursos, e durante todo o processo de construção do conhecimento: relatórios, pesquisas, entrevistas, fichas de acompanhamento, autoavaliação, etc.

É importante conhecer a cultura, os hábitos, as crenças, o falar e a visão de mundo dos alunos, para saber o que, para que e como avaliar. Os padrões a serem atingidos não são absolutos, assim como o mundo e a própria vida não são. O Pré-conselho de Classe, instância democrática, onde se reúnem os professores, a coordenação e a equipe gestora, constitui-se em um instrumento de fundamental importância dentro de nossa proposta avaliativa, visando à conquista de um conhecimento mais sistemático da turma, bem como acompanhar e avaliar o desempenho de cada aluno.

Devemos implementar uma avaliação institucional, onde a própria escola é avaliada. Nesse processo a participação da família e da comunidade será fundamental. Ouvir as críticas e sugestões de todos os membros da comunidade escolar é um meio de depurar nossos trabalhos, buscando sempre a excelência, ainda que essa seja difícil de ser alcançada.

10 – Organização da Proposta Curricular

Muito da identidade de uma escola está explícito na forma em que ela implementa a proposta curricular. A Proposta Curricular tem por objetivo nortear e fundamentar as práticas pedagógicas dos professores, a fim de contribuir para construção de uma escola democrática, ou seja, que garanta o acesso e a permanência dos alunos, a qualidade de ensino e, conseqüentemente, a socialização do conhecimento científico.

Há uma necessidade de rediscutir e repensar os fundamentos teórico-metodológicos e conteúdos das áreas do conhecimento, a fim de atualizá-los considerando os avanços científicos ocorridos nos últimos anos, bem como reorientar as práticas pedagógicas tendo em vista a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, o qual determina a inclusão de todas as crianças a partir do seis anos de idade nas escolas, esse é um dos grandes desafios que se apresenta para a educação brasileira. E nesse aspecto o Distrito Federal está avançado, pois o novo Currículo em Movimento já está em fase de implantação, e foi resultado de amplo debate e estudo onde os professores tiveram importantíssima participação.

As diretrizes curriculares de cada disciplina indicam os conteúdos estruturais das mesmas e cabe ao projeto político pedagógico e ao planejamento anual, construídos na escola, explicitar os conteúdos específicos a serem trabalhados, contextualizando-os a partir da realidade onde a escola está inserida. Nossa Organização Curricular é composta de uma matriz definida por uma Base Nacional Comum para todo território nacional, de modo a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional, a partir das áreas do conhecimento: Língua portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Arte, Educação Física, Educação Religiosa (sob a perspectiva dos valores éticos) e uma Parte Diversificada (popularmente reconhecida nas escolas pela sigla PD).

De maneira geral os professores compreendem e desejam uma reorganização total do currículo brasileiro, pois em muitos aspectos nosso sistema educacional está engessado, e encontra dificuldades para avançar. Um desses aspectos e sem dúvida o currículo que (nos referindo aqui ao nível nacional) precisa ser urgentemente modernizado.

11 – Plano de Ação Para Implementação de Nosso PPP

11.1 – Metas

A mais importante meta de uma Instituição de Ensino é assegurar o sucesso da aprendizagem de seus alunos, todas as demais deverão estar submetidas a esta primeira. São também metas deste Projeto Político Pedagógico:

. Criar e conduzir projetos que objetivem o desenvolvimento de uma educação de qualidade, que favoreça a percepção do aluno como parte integrante da escola, responsável pela preservação do espaço escolar e conduzir eventos que busquem agregar a comunidade.

. Aumentar os índices de aprovação. Reduzir o percentual de alunos defasados em idade-série, mediante a adoção de medidas e estratégias interventivas, sempre desenvolvidas juntamente com os professores e em parceria com a SEDF e comunidade escolar.

. Diminuir as taxas de evasão escolar, promovendo meios de diagnóstico para posterior enfrentamento do problema. É preciso saber o que precipita o abandono escolar para remediá-lo apropriadamente. Este é um de nossos maiores desafios. A realidade social de muitos de nossos alunos os expõe a situações de risco como envolvimento com delinquentes

e a conseguinte prática de ilicitudes. Mais que uma meta é um dever moral da escola criar condições para que o aluno permaneça estudando. Acompanharemos com proximidade o aluno infrequente, convocaremos os responsáveis sempre que preciso e comunicaremos o conselho tutelar quando necessário. Trazer um aluno de volta para a escola é muitas vezes salvar uma vida.

. Promover palestras para a comunidade escolar, com vistas a construir valores éticos e solidários, através da cooperação e do respeito às individualidades. Realizar atividades culturais e esportivas inseridas no contexto pedagógico.

. Realizar eventos de confraternização entre os diversos segmentos da escola, a fim de fortalecer os laços de amizade e coleguismo.

. Promover reuniões bimestrais com o Conselho Escolar visando fortalecer a sua participação na co-gestão da escola. Atuando conjuntamente com ele na definição de estratégias educacionais, na avaliação institucional e na busca constante pela excelência.

. Convocar reuniões regularmente com o Caixa e Conselho Escolar com a finalidade de debater e definir prioridades de gastos, para conjuntamente decidir a melhor forma de captação, utilização e aplicação dos recursos da escola.

. Promover uma audiência pública ao final do ano letivo para realizar a prestação de contas da aplicação dos recursos repassados e arrecadados pela unidade de ensino.

. Reavaliar regularmente a Proposta Pedagógica da Escola com a participação de todos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, buscando identificar suas eventuais deficiências para em seguida propor formas de superá-las. Devemos lembrar sempre, que o projeto político pedagógico deve ter por objetivo, alcançar o maior número possível de membros da comunidade em que se encontra inserida, ampliando dessa forma significativamente o papel social que a escola possui. Seu principal objetivo deve ser atingir o aluno, contribuindo com seu crescimento pessoal e seu preparo para a futura vida profissional.

Lembre-mos que o projeto político pedagógico deve buscar uma máxima amplitude de abrangência, inserindo a família e a comunidade em seus propósitos, superdimensionando o papel da escola e da educação. Dessa forma o público alvo divide-se em dois grupos, os que se pretende atingir diretamente (alunos regularmente matriculados), e os que se busca atingir indiretamente, no caso, todos os membros da comunidade escolar (pais, professores, membros da direção, moradores do bairro, etc.).

11.2 – Estratégias

. Apoiar e incentivar o desenvolvimento dos projetos propostos pela Secretaria de Educação e seus parceiros, construindo com o corpo docente da escola as melhores estratégias para nossa realidade.

. Incentivar e promover junto à equipe e a comunidade, o desenvolvimento de projetos que promovam a segurança alimentar e nutricional na escola, como a manutenção de uma horta e o desenvolvimento de oficinas de alimentação saudável.

. Buscar parceiros para a realização de projetos escolares segundo suas especificidades. Por exemplo, casas de produtos agrícolas para o Projeto da Horta ou Horta Medicinal.

. Permanentemente promover eventos e projetos que estimulem a leitura como Saraus, Gincanas Culturais, Encontros Literários, etc. Estabelecer a hora da leitura, um momento em que todos os alunos da escola estarão lendo.

. Construir um acervo de materiais pedagógicos, inclusive multimídia, que propicie o enriquecimento das aulas, disponibilizando aos alunos e professores os programas da TV Escola e outros, como documentários, filmes paradidáticos, musicais, etc.

. Fazer da biblioteca uma sala de leitura e estudos para acolher os alunos que se encontram na escola fora de seu horário de aula, para estudar. O aluno poderá vir em horário contrário o de suas aulas, para fazer uso desse espaço que é dele.

. Pleitear junto às autoridades competentes os recursos necessários a ampliação do espaço físico da escola, sempre com o intuito de melhor servir a comunidade diante de um quadro de demandas em constante crescimento.

. Oferecer aulas de reforço em horário contrário para os alunos com dificuldade de aprendizagem. Essas aulas poderão ser ministradas por professores da própria escola que se voluntariem a fazê-lo em um de seus horários de coordenação, afinal o aluno precisa ser o destinatário último de todos os esforços do professor. O reforço escolar também pode ser ministrado pelos alunos que apresentam melhor rendimento naquela disciplina, e ainda por pessoas que participam de programas como o “jovem aprendiz” ou similares.

. Incentivar a criação de grupos de estudo monitorados pelos alunos que apresentarem melhor rendimento escolar.

. Apoiar e estimular o trabalho e as atividades desenvolvidas pela Sala de Recursos visando um melhor aproveitamento de habilidades nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor dos nossos alunos portadores de necessidades especiais. Apoiar as iniciativas do SOE, auxiliar nossa orientadora pedagógica na detecção e acompanhamento dos alunos com problemas de aprendizado.

. Criar instrumentos que permitam acompanhar e analisar as causas da evasão escolar e da reprovação, para conseqüentemente buscar junto aos professores e equipe, soluções viáveis.

. Realizar visitas às casas dos alunos faltosos e desistentes buscando compreender, no contexto familiar, as causas da evasão escolar e incentivar o retorno e permanência na escola. Comunicar as autoridades competentes os casos efetivos de evasão escolar.

. Estimular e apoiar a organização dos alunos para que atuem em ações conjuntas, solidárias, cooperativas e comunitárias, desenvolvendo nestes a co-responsabilidade e o interesse pelas decisões da escola. Criar um Mural e um Jornal para a comunicação de eventos, fatos, curiosidades, dicas pedagógicas, notícias da comunidade e da própria unidade de ensino, sob o acompanhamento dos professores de linguagens, contando com a participação dos alunos e demais atores escolares.

. Promover, nas coordenações pedagógicas, grupos de estudo envolvendo temas de interesse dos professores, incluindo também documentos que norteiam a Educação (LDB, Currículo em Movimento, Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.).

. Estimular a todos os profissionais da educação a buscar qualificação e aperfeiçoamento profissional, oferecendo condições e incentivo para participarem de cursos, seminários, encontros, palestras, entre outros.

- . Realizar O Conselho de Classe Participativo ao término de cada bimestre letivo.
- . Promover oficinas e fóruns para abordagens que possam orientar às famílias, em práticas promotoras da saúde, educação, orientação sexual, a prevenção do uso indevido de drogas, a higiene (ambiente físico da escola, do corpo, dos objetos pessoais), educação nutricional, etc.
- . Organizar bimestralmente eventos pedagógicos multidisciplinares e de culminância dos projetos desenvolvidos na escola, de maneira interativa com comunidade escolar e parceiros institucionais.
- . Promover atividades extracurriculares de caráter cultural, esportivo e confraternizações que possam melhorar a autoestima e a interação entre os diversos segmentos da escola.
- . Criar e manter atualizado um Blog ou página do Face book, com a finalidade de divulgar as atividades desenvolvidas, informações de interesse da família e do aluno, datas de provas e eventos, informações culturais, didáticas e pedagógicas, além de promover e dar visibilidade ao CEF08.
- . Promover a constante reavaliação de nosso Projeto Político Pedagógico, com a participação de toda a comunidade escolar.
- . Realizar reuniões periódicas com o Conselho Escolar para planejar suas ações e poder nortear melhor o seu trabalho, de forma a intensificar a participação de todos os seus membros nas atividades e decisões da escola.
- . Promover juntamente com o Caixa Escolar e com o Conselho Escolar atividades e ações para a captação de recursos financeiros, visando arrecadar fundos para despesas extras. A criação de estratégias para captação de recursos são um importante meio de se angariar fundos de forma complementar. Pode-se utilizar bazares, venda de picolés, promoção de bingos e sorteios.
- . Ao final do ano letivo promover uma audiência pública para a prestação de contas, balizado pelos princípios da ética, transparência e zelo com os recursos públicos.

11.3 – Ações

- . Reuniões e encontros com os coordenadores e participantes dos projetos pedagógicos da escola.
- . Construção do acervo de materiais pedagógicos multimídia.
- . Buscar recursos para a ampliação do espaço físico da escola e melhoria da quadra poliesportiva, bem como o aparelhamento do laboratório de informática, melhoria do serviço de internet e efetivação do seu funcionamento.
- . Promoção de projetos pedagógicos diversificados por área de conhecimento e de forma interdisciplinar (Projeto “Soletrando”, Projeto “Horta Medicinal”, Projeto “Reforço Escolar e Monitoria”, Projeto “A Matemática dos Preços”, Projeto “Sarau Cultural”, e outros.).
- . Atualização e organização dos serviços de escrituração escolar.
- . Acompanhamento e gerenciamento dos índices de acesso, permanência, aprovação e aproveitamento escolar dos alunos.
- . Visitação às casas dos alunos faltosos e desistentes.
- . Comunicar as autoridades apropriadas os casos de evasão escolar.
- . Estimular e apoiar a organização dos alunos em grêmios estudantis.
- . Criação de um mural Informativo e de um Jornal Escrito.

- . Estimular e incentivar os profissionais de educação a participarem de cursos, seminários e palestras de aperfeiçoamento profissional.
- . Realizar bimestralmente o conselho de classe participativo, e promover palestras e mini cursos para a família e comunidade.
- . Conduzir o planejamento escolar de forma participativa com os parceiros da escola.
- . Promover torneios esportivos.
- . Promover a festa da família, festa junina e comemoração do dia do estudante.
- . Promover ao menos semestralmente uma confraternização entre professores e servidores.
- . Conduzir um seminário sobre avaliação de aprendizagem.
- . Realizar regulares reuniões de avaliação institucional.
- . Conduzir democraticamente, as reuniões com o conselho escolar e caixa escolar.
- . Promover eventos com a finalidade de arrecadar recursos financeiros.
- . Conduzir audiência pública para a prestação de contas da instituição.
- . Promover e estimular a criação de projetos pedagógicos, inclusive convidando parceiros da escola para sua realização.

Iremos também desenvolver em conjunto com toda a comunidade escolar, projetos que trate de temas como sexualidade, respeito à diversidade, uso indevido de drogas, combate a violência na escola, preservação do patrimônio escolar e outros. Obviamente isto não é algo que a escola consiga sozinha, há uma necessidade de sensibilização e esclarecimento da comunidade e dos pais, que precisam compreender sua importância no sucesso dos empreendimentos da escola.

11.4 – Aspectos Administrativos e Financeiros

Intentamos gerenciar a parte administrativa da Unidade de Ensino de forma que todos os setores trabalhem em conjunto, buscando assegurar o oferecimento de ensino de qualidade a todos os alunos. A secretaria escolar precisa seguir as determinações já definidas pela Secretaria de Educação. Este é um setor fundamental da Instituição de Ensino e deve estar relacionado diretamente com os objetivos da gestão escolar como todo.

A Estratégia de matrícula, formação de turmas, distribuição de turmas, efetivação de matrícula, encerramento do ano letivo e atendimento a comunidade escolar será acompanhada diretamente pela equipe gestora, no sentido de efetivamente buscar junto a todo corpo docente e conselho escolar uma busca permanente da excelência educacional.

Em relação à preservação do patrimônio da escola, a Instituição de Ensino precisa zelar pela estrutura física e por todo patrimônio, uma vez que esses recursos pertencem a todos. Sua preservação é fundamental para um bom andamento administrativo e pedagógico da Unidade de Ensino, e é uma responsabilidade conjunta.

É necessária a conscientização da importância de conservarmos e respeitarmos o patrimônio escolar junto aos alunos e todos que dele usufruem. Também devemos buscar recursos e apoio junto a Secretaria de Educação, no sentido de realizar a manutenção e os reparos necessários.

No tocante a administração dos recursos financeiros oriundos dos programas do Governo, como o PDAF, será realizada primeiramente obedecendo aos princípios de ética e transparência, além de estar rigorosamente amparada na legislação pertinente. Esses recursos não pertencem a um grupo específico da escola, mas a todo seu conjunto, por tanto, todos os segmentos da comunidade escolar devem ser consultados para a determinação do destino dessa verba.

A destinação de gastos e aquisições será previamente definida em conjunto com todos os setores da Unidade de Ensino e posteriormente levado ao Conselho Escolar e Caixa

Escolar para que se construa um entendimento coletivo acerca das prioridades da escola, e em fim, se conduza um gasto responsável.

A prestação de contas precisa ser algo rotineiro, qualquer interessado em consultar as contas da escola deve ter total e irrestrito acesso às notas fiscais e demonstrativos de gastos. Semestralmente deverá ser afixada em lugar visível e de fácil acesso as devidas prestações de contas e anualmente a escola promoverá uma audiência pública, conjunta entre professores, alunos, servidores, equipe diretiva e comunidade, onde serão expostas as planilhas de gastos e respectivas notas fiscais.

O gasto da unidade de ensino deve respeitar o interesse da maioria. Deve produzir uma relação de prioridades proposta pelo coletivo, lembrando que a verba escolar deve prioritariamente atender aos alunos e a melhora da prática pedagógica. Fazer a educação é a finalidade primeira da escola, e não se deve negligenciar o direito do aluno de participar no que é de seu interesse.

“Promover educação de qualidade é uma arte colaborativa”, é essa a máxima que norteará permanentemente o Projeto Político Pedagógico do CEF08.

12 – Acompanhamento e Avaliação do PPP

A avaliação de nosso PPP acontecerá a cada semestre através de questões objetivas permitindo a participação coletiva da comunidade e dos profissionais que compõem a instituição.

A avaliação terá como finalidade à melhoria das práticas e da infra-estrutura da escola. Conhecer seus pontos fortes e também as imperfeições. Neste processo se busca ampliar os diferentes olhares sobre o espaço, visando construir um ambiente apropriado ao aprendizado. Também o espaço físico deve ser vivo, explorável, transformável, e acessivo a todos. A partir dos resultados, serão traçadas estratégias, para melhorar cada vez mais a instituição.

A opinião dos professores, e demais membros da comunidade escolar serão colhidas em reuniões, e servirão de importante subsídio para a tomada de decisões. Isto também poderá ser feito em eventos e outras datas, pois acreditamos em uma gestão democrática e acreditamos que toda concepção de projetos deve ser antecedida de processos participativos que envolvam a comunidade educacional – crianças, professores, gestores, familiares e parceiros da escola.

Todos deverão participar da decisão sobre os rumos do trabalho pedagógico. Na reflexão coletiva, será possível antever as dificuldades e organizar as soluções, ou seja, realizar o planejamento do trabalho escolar de uma forma democrática e participativa. Essas avaliações ocorrerão durante a avaliação da proposta pedagógica e dos Conselhos de Classe Participativos. Elas deverão ser institucionais, com a finalidade de sempre melhorar os resultados obtidos em cada segmento avaliado da escola. Com a análise constante dos resultados obtidos por nossas práticas podemos testar sua eficiência, e determinar o que deve ser mantido, o que deve ser abolido e o que deve apenas ser revisto.

O Projeto Político Pedagógico precisa ser um documento vivo, suscetível a permanentes intervenções e rearranjos, pois não há documento perfeito, que não possa ser aprimorado. Aliás, mesmo um PPP hipoteticamente sem falhas, criado num momento histórico pode se tornar obsoleto com o passar do tempo, já que os valores, tecnologias e ambições humanas estão em constante transformação.

13 – Projetos Específicos

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projeto significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente.”

Moacir Gadotti (Educador Brasileiro)

Os projetos pedagógicos devem ter por objetivo alcançar o maior número possível de membros da comunidade em que se encontra inserida, ampliando dessa forma significativamente o papel social que a escola possui. O objetivo principal de nossos projetos é atingir o aluno, contribuindo com seu crescimento pessoal na medida em que desenvolve nele o interesse pela leitura, o alerta para as questões ambientais, ajuda-o a formar seu próprio arcabouço de conhecimento, orienta-o no propósito de pensar soluções.

Dentre alguns dos projetos que intentamos implementar destacam-se:

- . Projeto Feira de Ciências;
- Projeto da horta escolar;
- . Projeto Jogos Interclasse;
- Projeto Família na escola – Culminância no Dia da Família
- . Projeto POP Projeto Orientado de Língua Portuguesa - literário;
- . Projeto de boa convivência e solução pacífica de conflitos.

14 – Referências Bibliográficas

ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA. Projeto Político Pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas, 2014. Organizado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Volume 1. Introdução. Brasília, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Indagações sobre Currículo. Currículo e Avaliação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9394: Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Inês Barbosa e ALVES, Nilda (Orgs). Pesquisa no/do Cotidiano das Escolas. Sobre Redes de Saberes. RJ: DP&A, 2001.

REVISTA GESTÃO EM REDE, nº 87 e nº 88. CONSED, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico. Do Projeto político-Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Metodologia Dialética em Sala de Aula. Revista de Educação AEC, Abril-Junho, 1992

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. São Paulo: Papirus, 1997.

RESENDE, Lúcia Maria G. (Orgs). Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papirus, 2000.